



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM ALTO SÃO FRANCISCO - Núcleo de Controle Ambiental

Parecer nº 10/SEMAD/SUPRAM ASF-NUCAM/2023

PROCESSO Nº 1370.01.0029605/2023-15

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 483/2023

Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI protocolo 68940220

PROCESSO SLA 483/2023

SITUAÇÃO: Sugestão pelo Indeferimento

EMPREENDEDOR: Mineral Perfuração de Rochas Ltda. CNPJ: 25.604.489/0002-12

EMPREENDIMENTO: Mineral Perfuração de Rochas Ltda. CNPJ: 25.604.489/0002-12

MUNICÍPIO: Pompéu/MG ZONA: Rural

COORDENADAS (SIRGAS 2000): LAT(X): 19°11'8,8'' LONG(Y): 44°57'34,2''

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Localização prevista em área de muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-02-09-7	Extração de rochas para produção de britas	2	1

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

REGISTRO:

Marcelo Augusto Sales Santos

CREA-MG:MG0000080518/D

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

ASSINATURA

Raíssa Resende de Moraes Gestora Ambiental Engenheira Ambiental	1.366.740-7	
De acordo: Ressiliane Ribeiro Prata Alonso Diretora Regional de Regularização Ambiental	1.492.163-3	



Documento assinado eletronicamente por **Raissa Resende de Moraes, Servidor(a) Público(a)**, em 03/07/2023, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ressiliane Ribeiro Prata Alonso, Diretor (a)**, em 04/07/2023, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **68931559** e o código CRC **EDC4A82A**.

Parecer Técnico de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS)			
LAS-RAS Nº: 483/2023		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Indeferimento	
EMPREENDEDOR:	Mineral Perfuração de Rochas Ltda.	CNPJ:	25.604.489/0002-12
EMPREENDIMENTO:	Mineral Perfuração de Rochas Ltda.	CNPJ:	25.604.489/0002-12
MUNICÍPIO:	Pompéu/MG	ZONA:	Rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: Localização prevista em área de muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-02-09-7	Extração de rochas para produção de britas	2	1
RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
Marcelo Augusto Sales Santos		CREA: MG0000080518/D	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	
Raíssa Resende de Moraes Gestora ambiental		1.366.740-7	
De acordo: Ressiliane Ribeiro Prata Alonso Diretora Regional de Regularização Ambiental		1.492.163-3	

### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS)**

O empreendimento MINERAL PERFURAÇÃO DE ROCHAS LTDA, inscrito no CNPJ sob o n. 25.604.489/0002-12, localizado no município de Pompéu/MG, formalizou no dia 07/03/2023, o processo administrativo de licenciamento ambiental concomitante nº 483/2023, que tramita na Superintendência Regional do Alto São Francisco – Supram-ASF, para a atividade A-02-09-7: Extração de rochas para produção de britas, com produção bruta de 12.000 t/ano; O empreendimento possui porte pequeno e potencial poluidor/degradador médio, o que o classifica como 2, conforme Deliberação Normativa COPAM Nº 217/2017. Porém este possui incidência de critério locacional 1, pela localização em área com muito alto grau de ocorrência de cavidades, logo o empreendimento passa a ser classificado como Classe 3, o que justifica o procedimento simplificado.

Foi observada inconsistência no Relatório Ambiental Simplificado – RAS - em relação à declaração de produção do empreendimento. Foi declarado no módulo 2 do RAS extração mineral de 12.000 ton/ano de brita pelo empreendimento. Porém, no módulo 4.4 - produção mineral – o empreendedor declara a produção líquida de 50.000 ton/mês ou 20.000 m³/ mês.

Conforme verificado no SIAM e informado pelo empreendimento, este foi detentor anteriormente de Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF), concedida em 04/09/2013 por meio do processo administrativo 28309/2013/001/2013. Apesar de haver AAF anterior, o empreendedor informa no presente processo de licenciamento simplificado, que a fase de desenvolvimento da empresa é de 'operação a iniciar'.

A empresa MINERAL PERFURAÇÃO DE ROCHAS LTDA. é a titular/requerente da poligonal ANM 832.774/2011 (fase de requerimento de lavra, conforme consulta ao site da ANM). Conforme esclarecimento apresentado em documento junto ao processo de LAS/RAS, a atividade minerária se dará totalmente dentro da poligonal ANM Nº 832.774/2011. Apenas atividade relativa à área de servidão do empreendimento encontra-se fora da poligonal ANM supracitada. Neste caso, a ADA proposta consiste em duas áreas, a primeira dentro da poligonal, sendo esta a área a ser minerada; e uma segunda área fora da poligonal Nº 832.774/2011, onde serão instaladas as unidades de apoio ao empreendimento, consistindo em escritório, banheiros, refeitório e estacionamento.



Figura 1. Área do empreendimento. Em azul, no contorno da área - matrícula mãe; Alaranjado - área do empreendimento, matrícula 6.414 do livro 2 –RG da Comarca de Pompéu; Vermelho – processo ANM 832.774/2011; azul no interior da área - ADA. Fontes: IDE Sisema; Sicar-MG; Google Earth; Sigmire; processo LAS-RAS 483/2023.

O Relatório Ambiental Simplificado – RAS - foi devidamente instruído de ART do senhor Marcelo Augusto Sales Matos, responsável técnico pelas informações prestadas no documento. O CTF/AIDA (Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental) foi apresentado em nome do responsável técnico pelo empreendimento (consoante preconiza a IN Ibama n. 10/2013, a Resolução do Conama n. 01/1988 e o art. 17, da Lei Federal n. 6.938/1981), porém este já se encontra fora do prazo de validade.

O CTF/APP (Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais) apresentado, com espeque na Instrução Normativa do Ibama n. 06/2013 e art. 17, da Lei Federal n. 6.938/1981, é referente à pessoa física do senhor Marcelo Augusto Sales. O CTF/APP deve ser apresentado em nome do empreendimento Mineral Perfuração de Rochas Ltda, e

não do responsável técnico. **Salienta-se que é de responsabilidade do empreendedor manter o documento atualizado, sob pena de multa.**

Cabe informar que foi anexado ao processo a Declaração de Conformidade emitida pela Prefeitura Municipal de Pompéu/MG, no dia 08/05/2020, pela qual atesta a conformidade do local e instalação do empreendimento com as leis e regulamentos administrativos do Município, conforme art. 10, §1º, da Resolução Conama n. 237/1997.

Foram apresentadas cartas de anuências dos arrendatários da Fazenda do Retiro, Matrícula 6.414, livro Nº 2 de registro de imóveis da comarca de Pompéu, AV. -06—6.414, sendo estes: o espólio do senhor Robson José Gonçalves Freitas, sr Wellington Reis Figueiras, sra. Amélia Maria Bahia Duarte Figueiras e Cooperativa Agropecuária de Pompéu Ltda. A anuência foi concedida com finalidade de extração mineral de rocha para produção de britas no terreno supramencionado.

O empreendimento possui Certidão de Uso Insignificante de Recurso Hídrico de n. 378035/2023, que autoriza a captação de 10 m<sup>3</sup>/dia de água subterrânea por meio de poço manual (cisterna), com finalidade de consumo humano e aspersão de vias, válida até 31/01/2026. O balanço hídrico apresentado no RAS declara os mesmos usos da água, porém não condiz com a Certidão de Uso Insignificante, uma vez que o consumo máximo indicado no RAS é de 2,6 m<sup>3</sup>/dia.

A fase do empreendimento é de “projeto”, operação a iniciar. Porém, foi declarado no item 4.5 do RAS que “a cava já se encontra aberta e o minério exposto”, configurando fase de operação já iniciada, e não a iniciar, conforme declarado no módulo 2 do RAS. O regime de funcionamento será de 08 horas/dia, durante 05 dias/semana, com um total de 02 funcionários, durante os 12 meses do ano.

Como principais impactos ambientais inerentes às atividades, tem-se a geração de efluentes líquidos, emissões atmosféricas, resíduos sólidos, bem como emissão de ruídos.

A proposta de mitigação para efluentes atmosféricos é a manutenção Periódica de Máquinas e Equipamentos e aspersão e umidificação das vias de circulação.

Para os resíduos sólidos, foi proposto enviar anualmente à Supram, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Para os efluentes sanitários, foi proposta instalação de fossa séptica. No sumidouro da fossa séptica do empreendimento será programada coleta semestralmente e enviada para laboratório credenciado para verificação da eficiência do sistema. O lodo será coletado quando for necessário por empresa especializada e licenciada e será tirada nota do serviço prestado. Em termos de ruídos, a proposta apresentada foi de realização semestralmente de medição de pressão sonora no entorno do empreendimento, por laboratório credenciado e de acordo com NBR 10.151/2000.

Para os efluentes oleosos foi proposta a instalação de caixa SAO, porém não foram apresentadas

proposta para o monitoramento destes efluentes.

O método produtivo proposto é o de lavra a céu aberto. A lavra será realizada em bancadas e o desmontes será mecânico por explosivos. Em relação às atividades realizadas, no item 4.5 - Método Produtivo - o empreendimento declara que realizará beneficiamento do minério por meio de classificação. Porém não foi prevista unidade de triagem de materiais - UTM - para realizar classificação do material no presente processo de licenciamento. Segundo informações, no empreendimento não se faz necessário a atividade de depósito de pilha de estéril/rejeito uma vez que a cava já se encontra aberta e o minério exposto. Assim, segundo informado, não haverá geração de estéril haja visto que o calcário explorado será aproveitado para a produção de agregados da construção civil e indústria de fabricação de blocos de cimento.

Foram verificadas inconsistências no registro do Cadastro Ambiental Rural –CAR – do empreendimento, em relação à matrícula do registro de imóveis e em relação a informações obtidas no RAS. A área do empreendimento encontra-se dentro do imóvel rural denominado Fazenda do Retiro, registrado na matrícula n. 6.414, do Livro 2-RG, da Comarca de Pompéu/MG, com área registrada de 32,66,84 hectares (AV-06-6.414). Na referida matrícula consta área de reserva legal averbada totalizando área de 23,63,00 ha, conforme AV-10-6.414, não inferior a 20% da propriedade. Não foi apresentado Termo de Responsabilidade de Preservação de Florestas do IEF e mapa de averbação à época.

No Recibo de Inscrição no CAR apresentado para a Fazenda do Retiro, sob o n. MG-3152006-DFD2.2F1B.C699.47C4.9D46.1995.25FC.1682 consta a área total do imóvel declarada de 29,7787 ha, sendo 0 ha de reserva legal e 0 ha de área de preservação permanente. Outra inconsistência detectada foi o fato de que no RAS foi declarada a existência de recurso hídrico na área do empreendimento, que não foi declarada no CAR.

Conforme Resolução Conjunta SEMAD/IEF N° 3.132 de 07 de abril de 2022, Art. 5°, a análise dos cadastros inscritos no Sicar Nacional será realizada por meio das UFRBios do IEF quando à análise estiver relacionada à processos de licenciamento ambiental simplificado – LAS – sem autorização para intervenção ambiental vinculadas.

Por se tratar de empreendimento em área de muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, foi apresentado Relatório Técnico de Prospeção Espeleológica da área. O estudo não foi apresentado conforme Termo de Referência para Estudo de Prospeção Espeleológica proposto pela Instrução de Serviço Sisema N° 08/2017.

Conforme informações contidas no módulo 4 do RAS – Caracterização do empreendimento - a área diretamente afetada – ADA proposta pelo empreendimento seria de 0,6696 ha, conforme tabela 1 abaixo, retirada do processo (grifo nosso). Conforme podemos observar na tabela em questão, foram propostas duas áreas diferenciadas, sendo a primeira ‘área da lavra’ com 03,4754 ha e a segunda a Área Diretamente Afetada – ADA - com 0,669 ha.



MÓDULO 4 – CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO			
4.1 ÁREA DO EMPREENDIMENTO			
Área total (ha)	32,6684	Área Construída (ha)	0,1
Área de lavra (ha):	03,4754	Área de servidão (ha)	
Área diretamente afetada pelo empreendimento (ha):	00,6696	Área impactada (ha): <sup>1</sup>	
Existe área degradada dentro da área do empreendimento?	( ) Não		
	(x) Sim	Área (ha):00,6696	
Existe área reabilitada ou em reabilitação dentro da área do empreendimento?	( x ) Não		
	( ) Sim	Área (ha):	
Porcentagem das áreas reabilitadas ou em reabilitação em relação às áreas degradadas (%)	17,28		

Tabela 1. Área do empreendimento. Fonte: RAS

Analisando a planta georreferenciada do imóvel (figura 2) e o quadro de áreas da planta (figura 3) é possível observar que o empreendedor considerou como ADA apenas a área já desmatada (0,6696 ha) e não a área total da lavra (03,4754 hectares). A área de lavra da tabela de caracterização do empreendimento (03,4754 hectares) corresponde à área de rocha remanescente da planta georreferenciada, sendo esta a ADA real do empreendimento.



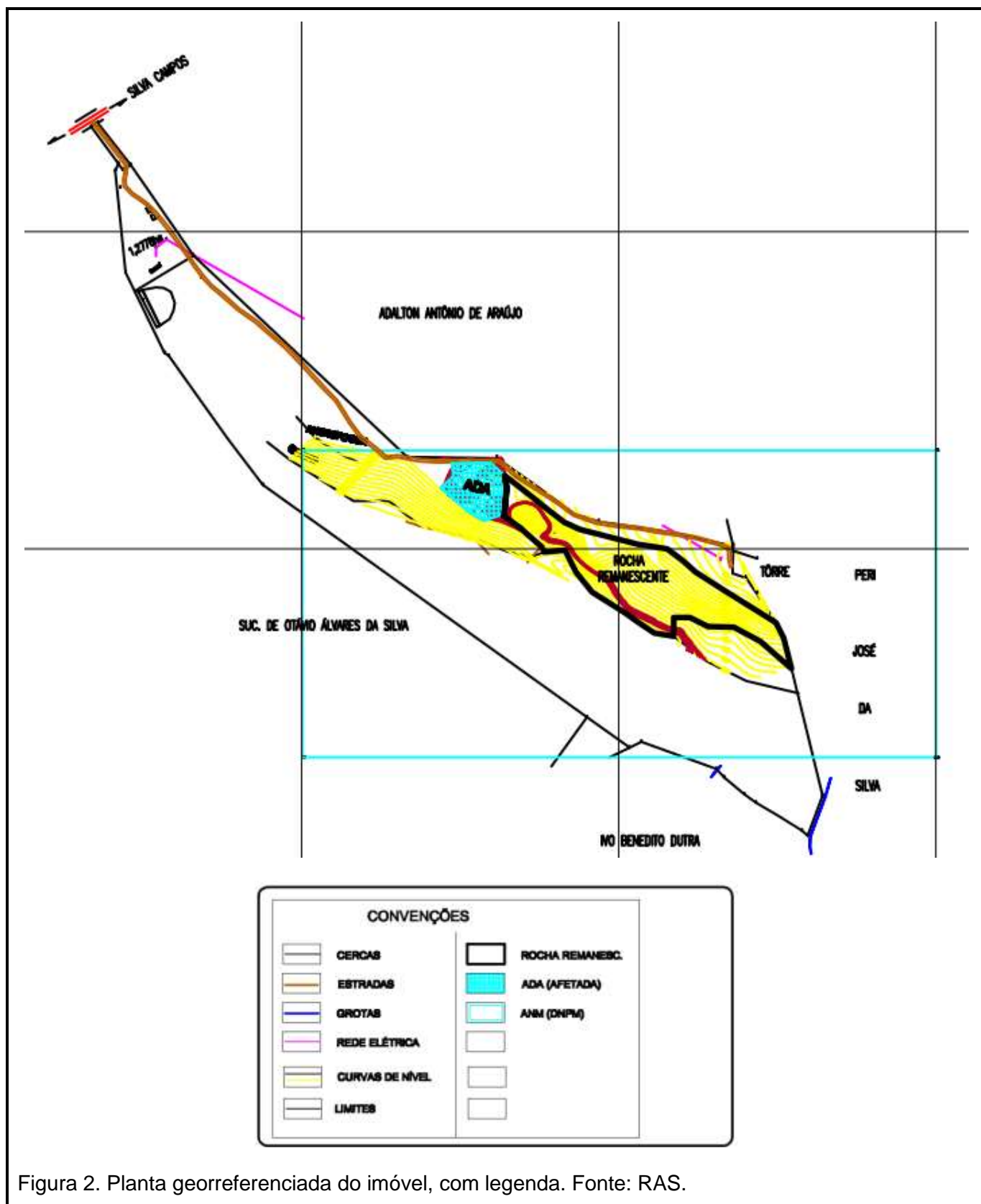


Figura 2. Planta georreferenciada do imóvel, com legenda. Fonte: RAS.

### **Quadro de Áreas (ha):**

<b>USO</b>	<b>Area (ha)</b>
<b>MATRÍCULA 6414</b>	<b>32,6684</b>
<b>ADA-ÁREA AFETADA (DESMATADA)</b>	<b>00,6698</b>
<b>ÁREA DE ROCHA (SERRA)</b>	<b>03,4754</b>
<b>ANM</b>	<b>48,3800</b>

Figura 3. Quadro de áreas da planta georreferenciada. Fonte: RAS.

Foi realizada a medida da ADA proposta pelo empreendedor via arquivo shp. e verificada nova inconsistência. A medida da ADA – área afetada (desmatada) é de 0,3 ha, e não 0,6698 ha conforme consta no Figura 3. Somando a área desmatada com a área de servidão proposta, temos um total de 0,74 hectares.

Podemos observar na figura 1 que a área apensa à ADA proposta pelo empreendimento, chamada de ‘rocha remanescente’ no mapa georreferenciado é composta por vegetação nativa densa. Essa área é parte da ADA real do empreendimento.

Considerando que a ADA real do empreendimento está repleta de vegetação nativa;

Considerando que não foi apresentada DAIA para supressão desta vegetação;

Considerando que há necessidade de supressão de vegetação para realização da atividade minerária;

O processo não pode ser instruído sem DAIA, conforme Deliberação Normativa Copam nº 217, de 06 de dezembro de 2017:

“Art. 15 – Para a formalização de processo de regularização ambiental deverão ser apresentados todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual.

Parágrafo único – O processo de LAS somente poderá ser formalizado após obtenção pelo empreendedor das autorizações para intervenções ambientais ou em recursos hídricos, quando cabíveis, que só produzirão efeitos de posse do LAS.”

Portanto, baseado no artigo supracitado, considera-se que não pode ser concedida licença ambiental sem o DAIA ou instrumento legal que comprove sua dispensabilidade.

O empreendimento propõe realizar a revegetação das áreas a serem degradadas. No processo não

foi anexado o Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD. No entanto, de acordo com os arts. 4º e 5º da Deliberação Normativa Copam nº 220, de 2018 e a IS 07/2018, para fins de fechamento da mina, ficam obrigados a protocolizar o PRAD, empreendimentos em operação ou paralisados que estiverem enquadrados nas classes 1 a 4 de acordo com a Deliberação Normativa Copam nº 217, de 2017, no prazo de 06 (seis) meses antes do encerramento da atividade.

Foi verificado que o empreendimento em questão se trata de uma cava paralisada, uma vez que, conforme verificado por meio do arquivo fotográfico e informado no RAS “a cava já se encontra aberta e o minério exposto”. De acordo com o artigo 3º da Deliberação Normativa Copam nº 220, de 2018, o responsável legal pelo empreendimento que vier a paralisar suas atividades de forma temporária voluntariamente ou em consequência de fatos fortuitos, desastres naturais, impedimentos técnicos, problemas de ordem econômica ou decisões judiciais, deverá protocolar o Relatório de Paralisação da Atividade Minerária – RP. Conforme IS 07/2018 o protocolo deste documento deverá ser feito na Supram responsável pela área de abrangência do empreendimento, em um prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da data da paralisação da atividade. Desta maneira, a empresa deve apresentar à SUPRAM-ASF o Relatório de Paralisação da Atividade Minerária em prazo de 06 meses.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA e demais documentos anexados, sugere-se o INDEFERIMENTO da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento Mineral Perfuração de Rochas Ltda, para a atividade A-02-09-7: extração de rochas para produção de brita, com produção bruta de 12.000 t/ano, descritas na DN COPAM 217/2017, localizado no município de Pompéu/MG. O motivo do indeferimento não apresentação de DAIA, sendo que haverá supressão de vegetação no empreendimento.